

FRANCISCO TEIXEIRA, MARTA ALVES & RITA ARAÚJO

franciscomachadoteixeira@hotmail.com,; marta.daniela@

live.com.pt; anaritagaraujo@gmail.com

## AS FONTES DE INFORMAÇÃO DO JORNALISMO POLÍTICO: ANÁLISE DOS 100 DIAS DO XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL

### RESUMO

Este trabalho trata a relação dos jornalistas com as fontes de informação dentro do campo político, debruçando-se sobre os constrangimentos dos jornalistas no processo de seleção de fontes. Concluída a análise, constatamos que os jornalistas apresentam algumas dificuldades em seguir alguns princípios que deveriam orientar o exercício da sua profissão, nomeadamente aqueles que se relacionam com a diversidade e o pluralismo. Como instrumento de pesquisa, usámos dados relativos à cobertura jornalística dos primeiros 100 dias do novo Governo, retirados das edições em papel dos quatro jornais diários generalistas portugueses.

### PALAVRAS-CHAVE

Fontes de informação; imprensa; jornalismo; governo

---

O presente artigo científico, realizado no âmbito da unidade curricular Jornalismo Especializado do Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, estuda a cobertura feita pela imprensa generalista portuguesa acerca do trabalho desenvolvido pelo XXI Governo Constitucional de Portugal durante os seus primeiros 100 dias em funções. Nessa análise, debruçamo-nos com mais atenção sobre as fontes referidas nos textos jornalísticos que retratavam ações do Governo vigente. Quem são e como se distinguem, num quadro socioprofissional, as fontes privilegiadas pela imprensa? Foi esta a pergunta que orientou aqui a nossa investigação. Mas antes, e em ordem a atribuir à pesquisa um significado condizente com o valor efetivo dos resultados obtidos, apresentamos um enquadramento

teórico, baseado em propostas de alguns autores especializados neste domínio. Nessa fase, procurámos refletir acerca da importância das fontes de informação; das responsabilidades do jornalista em relação à sua audiência; e sobre os constrangimentos no acesso às fontes, ponderando o jogo de interesses que se move em paralelo com busca jornalística da informação.

## 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### OS JORNALISTAS, AS FONTES DE INFORMAÇÃO E OS DEVERES ÉTICOS A SEGUIR

A complexidade das relações entre os profissionais do jornalismo e as fontes de informação é uma matéria que, há muito, tem vindo a ser estudada por diferentes investigadores das ciências sociais. De acordo com várias leituras, parece reunir-se assinalável consenso à volta da imprescindibilidade das fontes de informação: o exercício do jornalismo depende, em grande medida, da obtenção de informações das fontes, funcionando esta como matéria-prima para a elaboração de conteúdos noticiosos. Caso contrário, os jornalistas precisariam de ser ubíquos ou omniscientes.

Se as fontes são tão importantes para o trabalho dos jornalistas, o mais natural é que se verifique uma interação ponderada. Desta forma, em ordem a preservar uma relação de confiança com a fonte, importa que o jornalista respeite aquilo que é dito e aquele que canaliza para as redações informação relevante, procurando, em simultâneo, construir textos noticiosos rigorosos.

No Código Deontológico dos Jornalistas não falta a referência às fontes de informação: “o jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes”, diz o artigo 6º. Quer isto dizer que as entidades têm todo o direito de ser adequadamente mencionadas e, mais ainda, os seus testemunhos devem ser para si remetidos. Nas palavras de Jorge Pedro Sousa, em *Elementos do Jornalismo Impresso* (2001, p. 66), é necessário que todas as informações recolhidas para a produção de uma notícia estejam bem explícitas e referenciadas, pois “o leitor não pode ficar com dúvidas sobre quem disse o quê, quem viu o quê, quem ouviu o quê, quem observou o quê ou quem escreveu o quê”. Contudo, existirão algumas exceções. No mesmo artigo, o Código Deontológico salienta que “o jornalista não deve revelar, mesmo em prejuízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, exceto se o tentarem usar para canalizar informações falsas.”

Ao nível do modo como as fontes são identificadas, ou não, há propostas distintas. Seguimos aqui o que propõe Melvin Mencher na obra *News Reporting and Writing*.

1. *On the record* (atribuição direta, para publicação). Nesta situação, a fonte é identificada e todas as afirmações que ela relata podem ser material de exposição jornalística. É a forma mais usual e aquela que deve ser posta em prática quando a fonte não solicita confidencialidade.
2. *On Background/not for attribution* (atribuição com reserva). Aqui, a fonte não é completamente identificada. Contudo, são conhecidas algumas marcas discursivas que ajudam a reconhecer alguns elementos daquele que fala. Por exemplo, “fonte próxima do Presidente da República”, “um vereador”, entre outros.
3. *On deep background* (atribuição com reserva total). Neste caso, além de não haver a possibilidade de identificar a fonte, também é interdito mencionar qualquer tipo de expressões que apresentem indícios, se bem que as informações dadas pela fonte possam ser divulgadas das mais variadas formas. Por exemplo: “fonte bem colocada”, “fonte bem informada”, “fonte autorizada”, “sabe-se”, “segundo julgamos saber”, entre outras.
4. *Off the record* (confidência total). Aqui, as contribuições jamais podem ser identificadas. Nada se sabe acerca do autor da citação.

## FONTES INTERESSADAS

No ponto de vista de Rogério Santos, a analogia feita entre o jornalismo e o espelho descreveu aquilo que se julgava ser a essência do jornalismo na primeira metade do século XX, com os jornalistas a mostrarem-se profissionais imparciais e aparentemente descomprometidos. No entanto, os processos organizacionais têm vindo a alterar-se e as fontes informativas são um dos principais aspetos que põe em causa a teoria do espelho (Santos, 2003, p. 14).

Felisbela Lopes sublinha a importância de o jornalista saber criar alguma distância em relação às suas fontes de forma a assegurar a sua liberdade de expressão, para que o interesse público prevaleça sobre o interesse das fontes. No seu ponto de vista, as vozes informativas mostram-se cada vez mais profissionalizadas, ao ponto de – elas próprias – delinearem táticas subtis com o objetivo de tirar o melhor proveito da sua relação com os jornalistas – “hoje os jornalistas não se sentem livres diante das fontes de informação”, assegura-se (Lopes, 2015, p. 86).

Herbert Gans é um dos principais nomes que estudou esta temática, criando uma nova perspetiva no estudo da ligação entre fonte de informação e jornalista na produção da notícia. Os estudos de Gans viriam a ser muito reconhecidos por outros investigadores da sua área de estudos (Hess, 1984; Sigal, 1986; Ericson et al., 1989; Schlesinger, 1990). Para o autor, os testemunhos jornalísticos são protagonizados por “atores que os jornalistas observam ou entrevistam”, nos quais se incluem aqueles “que aparecem na televisão ou são citados em artigos de revistas” e ainda os “que apenas fornecem informação de base ou sugestões de histórias” (citado em Ribeiro, 2006, p. 22). A partir deste binómio, Vasco Ribeiro defende que o teórico alemão se bateu pela ideia de um negócio entre os redatores de notícias e as suas fontes, que se assemelha a “uma dança, pois as fontes procuram acesso aos jornalistas, e os jornalistas procuram acesso às fontes” (2006, p. 12).

A relação de negociabilidade na construção da notícia implica que “às fontes cabe apenas fazerem-se acessíveis”, pois tudo que acontece posteriormente depende da vontade e interesse que os jornalistas manifestam: “são os jornalistas que decidem se estas são ou não adequadas” (Ribeiro, 2006, p. 25). Todavia, as fontes tendem a jogar à defesa, porque só fornecem informação que seja positiva para si próprios ou para as organizações a que estão associadas, descartando, pois, os aspetos menos favoráveis.

Tal como Gans, Ericson e os seus colegas ressaltam, há um poder negocial entre fontes e jornalistas, sublinhando que “as notícias são um processo de transação entre os jornalistas e as suas fontes” (Ribeiro, 2006, p. 34), visto que não são só as fontes quem apresenta uma multiplicidade de interesses – nomeadamente, económicos –, mas também os jornalistas. Enquanto os órgãos de comunicação procuram estratégias para competir com os seus concorrentes, as fontes desejam “divulgar as suas versões preferidas da realidade”. Os mesmos autores acreditam que “quanto maior for o grau de confiança, mais pró-activa se revelará a fonte na sua relação com o(s) jornalista (s)”, (Ribeiro, 2006, p. 34).

Já na perspetiva de Léon Sigal e Melvin Mencher, a supremacia das fontes é inquestionável: “as notícias resultam não tanto do que os jornalistas efetivamente pensam, mas da informação que as fontes transmitem” (Sigal citado em Ribeiro, 2006, p. 15). Mencher argumenta que as fontes são o “sangue” do jornalista, porque são elas que fornecem credibilidade, segurança e “imprimem alguma dinâmica ao espaço público mediático” (Lopes, 2015, p. 64), quando promovem o confronto entre ideias. A partir daí, entendemos que são igualmente as fontes quem permite aos

jornalistas explorar o – sempre desejável – “princípio do contraditório”, que não é mais do que expor várias versões do acontecimento.

Contrastando com a teoria da dança negocial, em 1974 os estudiosos Harvey Molotch e Marilyn Lester apostaram na prevalência dos jornalistas na sua relação com as fontes, que lhes asseguraria a estes últimos uma autonomia significativa. Com base nesse entendimento, eles reduziram as fontes à expressão “promotores de notícias”. Sabemos que esta foi uma perspetiva refutada por outros investigadores, como Hall e a sua equipa, que defendem que certas fontes chegam a traçar o enquadramento das notícias (Ribeiro, 2006, p. 14).

### CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES

A credibilidade é um dos fatores mais importantes no processo de seleção das fontes de informação. David K. Berlo refere a posição/poder dentro do sistema sociocultural, as habilidades comunicativas, o conhecimento especializado e, por fim, as atitudes como os quatro elementos genéricos, mas essenciais, que os sujeitos sociais devem possuir para se tornarem fontes competentes (Ribeiro, 2006, p. 12). No que diz respeito à tipologia de jornalistas, os estudos de Ribeiro salientam a dupla designação criada por Gans: especializados e não especializados. Os primeiros estabelecem relações mais próximas e continuadas com as fontes. Em contrapartida, os jornalistas não especializados ou generalistas descrevem diariamente acontecimentos sem conhecimentos específicos, uma situação também provocada pela falta de tempo para um adequado tratamento informativo (Ribeiro, 2006, p. 23).

Tendo em conta que a crescente necessidade de contenção de despesas implica que os jornalistas trabalhem de forma mais rápida e em menos horas, a diminuição de contactos com as fontes está a tornar-se frequente. Na impossibilidade de ouvir todas as pessoas que interessam, os jornalistas buscam somente testemunhos das elites do poder, as quais são noticiadas vezes sem conta em todos os órgãos de comunicação. Assim, conta Ana Cristina Pereira, jornalista do diário *Público*, no livro *Jornalista, profissão ameaçada*, com a crescente dependência de fontes oficiais, “diminui a capacidade de perceber a realidade, de a questionar, de encontrar vozes alternativas, de chegar aos protagonistas, sobretudo aos sem poder” (citado em Lopes, 2015, p. 87). Em conformidade com esta afirmação, Nelson Traquina afirma que a posição de autoridade é particularmente atrativa para as chamadas fontes do poder: “as pessoas com mais autoridade, essas

que têm contactos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias” (citado em Ribeiro, 2006, p. 45). Quanto a este assunto, Lopes reitera que o discurso jornalístico gira à volta das elites de poder, isto é, das fontes oficiais. Estas correspondem maioritariamente aos políticos, que preenchem grande parte da agenda mediática. Consequentemente, a investigadora torna claro que o jornalismo não se apresenta como contrapoder, mas, antes, privilegia os órgãos do poder, funcionando como um espaço propício à reprodução do poder dominante. Sigal também já chegara à conclusão de que o predomínio de fontes oficiais está bem presente no quotidiano dos media, declarando que “há mais notícias emanadas por fontes oficiais do que por qualquer outra fonte” (citado em Ribeiro, 2006, p. 15). A verdade é que os jornalistas veem os políticos como interlocutores “mais respeitáveis” (Ribeiro, 2006, p. 17).

Geralmente, as fontes oficiais são conduzidas até aos *media* por agências de comunicação ou por assessores, os quais já estão habituados aos contextos jornalísticos e, por essa razão, ganham algum domínio sobre os jornalistas. “Sinto cada vez mais difícil o acesso aos protagonistas. Assessores e agências de comunicação multiplicam-se e multiplicam as barreiras entre os jornalistas e as fontes”, reconhece Luís Marçal, jornalista da SIC (citado em Lopes, 2015, p. 88). Se há atores que apenas têm como propósito a divulgação de factos, mantendo uma certa distância em relação às opções editoriais, outros há que são muito insistentes com os jornalistas de forma a agendar determinados eventos.

Efetivamente, os políticos e os jornalistas partilham um relacionamento de dependência mútua. Tal como Jay Blumer e Michael Gurevitch afirmaram, se, por um lado, os governantes são obrigados a contactar os meios de comunicação para divulgar os acontecimentos em que se envolvem, por outro os jornalistas precisam, inevitavelmente, das informações cedidas pelos políticos. Logo, é possível salientar que a relação entre ambos consiste numa verdadeira convergência de interesses (Ribeiro, 2015, p. 47). Um outro aspeto que complementa esta ideia relaciona-se com o facto de a maioria dos cidadãos se encontrar numa situação complexa no acesso aos media. Para Gans, “se a generalidade dos atores sociais não tem habitualmente as portas dos órgãos de comunicação sociais franqueadas, então vêem-se obrigados a forçar a entrada no espectro mediático através de ações inusitadas e tonitruantes” (citado em Ribeiro, 2006, p. 45) Portanto, há uma necessidade de “incomodar” as empresas da comunicação social, de forma a que os seus acontecimentos se tornem públicos (Ribeiro, 2006,

p. 45). Ainda no mesmo domínio, Nelson Traquina chama a atenção para a ideia de que o profissionalismo entre fontes e jornalistas, em certos momentos, é ultrapassado pelas relações de amizade e confiança, originando, assim, uma “promiscuidade informativa” (citado em Ribeiro, 2006, p. 46).

## 2. ESTUDO EMPÍRICO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Depois de analisar todas as fontes de informação citadas na imprensa nacional que integram o nosso universo em estudo, é possível perceber como se desenvolvem algumas das dinâmicas de produção de informação. A identificação e multiplicação das fontes, para além de serem princípios fixados como um dever nos códigos éticos da profissão, conferem credibilidade ao discurso jornalístico. Tendo em conta esse pressuposto, a contagem do número total de fontes mostra uma diferença entre teoria e prática.

Ainda que, numa primeira instância, o padrão convincente de textos corroborados pela presença de, pelo menos, uma fonte (96,6%) possa sugerir um critério de uso adequado de fontes, outros dados apontam para um tratamento insuficiente da informação. Debruçando-nos sobre o número de fontes citadas em cada texto noticioso, constata-se que grande parte dos artigos cita apenas uma fonte. Ora, isso espelha uma realidade pouco abonatória para alguns dos valores estruturantes do jornalismo, como é o caso da pluralidade e do princípio do contraditório. Não acreditamos que sirva como atenuante referir que o grupo de textos que recorre a duas fontes de informação é de 26,1%, pois é algo exíguo o número de textos que faz uma mediação mais plural da realidade.

Sabendo, então, que o número de fontes citadas pelos jornalistas fica, muitas vezes, aquém do que seria esperado, mais relevante se torna identificar que tipo de fontes de informação consegue aceder mais facilmente à imprensa generalista.

No que respeita à geografia dessas fontes, os dados recolhidos demonstram um predomínio evidente de fontes que falam à escala nacional. Estas representam 87,2% da amostra. Uma percentagem tão elevada que, no nosso entender, evidencia o facto da mediatização das ações do Governo sugerir assuntos de carácter nacional e, por consequência, os jornalistas privilegiarem as visões de indivíduos e de instituições com um certo nível de legitimidade no assunto, proporcionada pelo cargo/posição que ocupam.

A separação das fontes seleccionadas pelos jornalistas quanto ao tipo de fontes trouxe-nos informação não menos reveladora. Não se pode

deixar de notar que há um claro predomínio no recurso a fontes masculinas (54,2%). As mulheres reúnem uma percentagem de 11,5%. Os restantes valores remetem para fontes não pessoais, pessoais coletivas ou não especificadas. Tanta discrepância parece corroborar os estudos de alguns investigadores portugueses que discorrem sobre questões de género, nomeadamente de Manuel Lisboa, Graça Frias, Ana Roque e Dalila Cerejo. Na obra “Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático” (2006), fala-se de um acesso desigual das mulheres a cargos políticos e administrativos (Lisboa et al, 2006, pp. 172-174; pp. 178-181). Ora, tendo em conta a mediatização dos primeiros 100 dias de XXI governo Constitucional, pode afirmar-se que há um desigual acesso à palavra mediática declinada em forma jornalística. Diz-se com justiça que o número reduzido de fontes femininas e o número exagerado de fontes masculinas se devem, muito provavelmente, a uma ocupação desequilibrada dos cargos que são, por hábito, mais ativos na construção mediática da realidade.

### O PREDOMÍNIO DAS FONTES OFICIAIS E NÃO PROFISSIONAIS

Em ordem a ir mais a fundo nesta análise, traçando um perfil mais preciso das fontes de informação usadas pelos jornalistas, segmentamos as fontes usadas na amostra quanto ao estatuto.

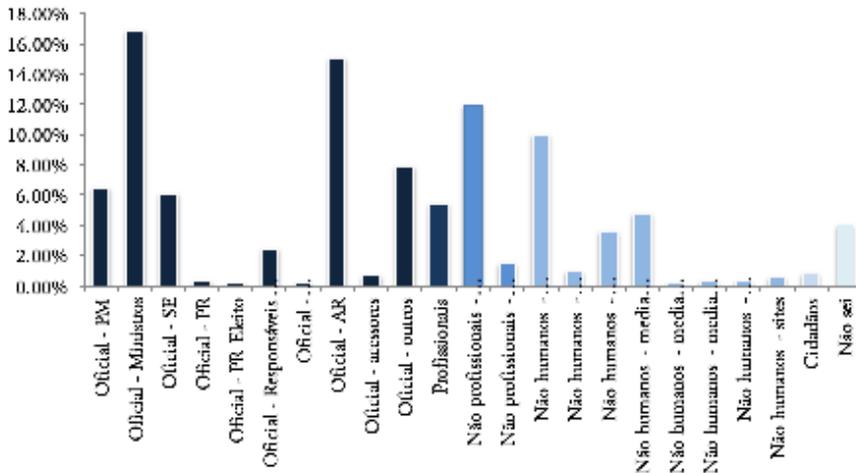


Gráfico 1: O estatuto das fontes

Nesta análise, salta logo à vista que, em concordância com aquilo que foi discutido no enquadramento teórico do presente trabalho, o agregado composto pelo conjunto das fontes oficiais assume-se como o mais relevante, uma vez que, durante o período de análise, reuniu mais referências do que todas as outras variáveis juntas. Destacam-se, sobretudo, os ministros (16,4%), os deputados (15%) e primeiro-ministro (6,4%). Este resultado sugere que quanto maior é o estatuto socioprofissional do indivíduo, maior a sua relevância como fonte de informação. O mesmo é dizer que existe um acesso socialmente estratificado à imprensa nacional.

Quem também tem uma grande visibilidade mediática são os sindicatos e associações. Eles que tantas vezes assumem o papel de opositores dos governos – heróis para uns, anti-heróis para outros, consoante o lado da barricada –, foram citados em quase 12% do número total de vezes que foi referida uma fonte de informação. Ao contrário do que acontece com os membros do Governo e com os deputados da Assembleia da República, estes agentes não têm, efetivamente, nenhum poder visível “nas mãos”, mas personificam hoje mais do que nunca a pressão. Que com este Governo se torna real e com efeitos. Os media reconhecem-lhes influência e sabem que eles têm acesso aos corredores do poder, estando por dentro da informação que por aí circula. Em muitos casos, os sindicatos representam nas notícias o princípio do contraditório, o lado do contrapoder.

Em termos globais, temos de lamentar o exíguo espaço cedido a outros grupos sociais. Os profissionais não chegam aos 6% do total das citações, enquanto que os cidadãos, para corroborar a teoria de Hans, praticamente não têm voz, quando o assunto são as ações do Governo.

## UMA POLÍTICA DE IDENTIFICAÇÃO DE FONTES

A necessidade de identificar as fontes de informação, já referida anteriormente, surge no artigo 6º do Código Deontológico do Sindicato dos Jornalistas português como “um critério fundamental” que o jornalista deve seguir na prática da sua profissão.

Neste trabalho, verificámos que 85,5% das fontes estudadas cumprem este critério, estando totalmente identificadas. A percentagem de fontes não identificadas (ou em background) é de 13,3% e somente 0,9% das fontes em questão são anónimas. Ainda que, para uma apreciação rigorosa da situação, fosse indispensável uma análise caso a caso, estes números indiciam uma generalizada prática de identificação de fontes.

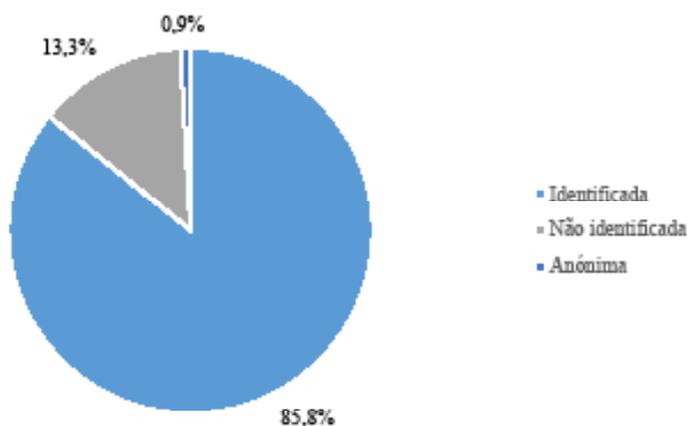


Gráfico 2: O grau de identificação das fontes

### 3. NOTAS FINAIS

Assumimos que o estudo das fontes de informação no campo do jornalismo político pode e deve ir mais longe do que aquilo que nós fomos no presente trabalho. Há um número infindável de indicadores que fica por explorar. Os dados que apresentámos não resultam de opções autonomamente tomadas pelos jornalistas, mas representam aquilo que foi possível fazer face aos constrangimentos que hoje afetam a profissão. Por isso, é recomendada ponderação no momento de avaliar a qualidade do trabalho dos jornalistas apenas com base em dados quantitativos.

Em jeito de sumário, daquilo que foi a nossa investigação, sublinhamos o número exíguo de fontes citadas em cada texto. A grande quantidade de textos baseados apenas numa fonte leva-nos a crer que os jornalistas não reconhecem a importância de multiplicar várias visões no mesmo artigo. Por outro lado, é igualmente um motivo de preocupação o padrão tão pouco representativo que as fontes selecionadas apresentam. Com exceção da geografia das fontes, onde a maior parte dos interlocutores fala à escala nacional, sendo isso inevitável num tema como o da governação, os indicadores relacionados com o estatuto da fonte e com o sexo evidenciam práticas perniciosas para a vida em democracia. A começar, desde logo, pela forte discrepância que existe entre as “vozes” masculinas e femininas. Trata-se de um desequilíbrio transversal a toda a sociedade portuguesa que os media noticiosos exacerbam.

Também na análise do estatuto das fontes nos deparamos com um problema de desigualdade. O vincado privilégio garantido às fontes oficiais

e o descrédito a que são votadas as fontes profissionais e os cidadãos deixam entrever uma (indesejada) reprodução mediática do poder dominante, abafando práticas (legítimas) de contrapoder. Um desequilíbrio que contrasta, claramente, com a atitude pluralista que deve pautar o comportamento dos jornalistas. Vale como atenuante a visibilidade dada aos sindicatos e associações – por norma, muito ativos politicamente.

Finalmente, na análise dos graus de identificação, confirmamos a adoção de uma política que respeita os compromissos deontológicos do jornalista e que, por isso, transmite credibilidade aos meios de comunicação em causa. As fontes são, na grande maioria das ocasiões, cabalmente identificadas, tornando-se exceções casos onde os jornalistas recorrem ao anonimato total ou parcial das testemunhas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Hess, S. (1984). *The government/press connection – press officers and their offices*. Washington: The Brookings Institution.
- Lisboa, M.; Frias, G.; Roque, A. & Cerejo, D. (2006). Participação das mulheres nas elites políticas e económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 155-179.
- Lopes, F. (2015). *Jornalista profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Mencher, M. (1991). *News Reporting and Writing*. Brown & Benchmark.
- Ribeiro, F. (2006). *Fontes Sofisticadas de Informação*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13047/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf>
- Santos, R. (2003). *Jornalistas e Fontes de Informação*. Coimbra: Minerva.
- Sigal, L. V. (1986). Who? Sources Make the News. In R. K. Manoff & M. Schudson (Eds.) *Reading the News*. New York: Pantheon Books.
- Sousa, J. (2010). *Elementos de jornalismo impresso*. Retirado de <http://www.bocubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>

### Citação:

Teixeira, F.; Alves, M. & Araújo, R. (2016). As fontes de informação do jornalismo político: análise dos 100 primeiros 100 dias do XXI Governo Constitucional. In F. Lopes (Ed.), *O Governo em notícia - análise dos 100 primeiros dias do XXI Governo Constitucional* (pp. 42-52). Braga: CECS.